

Processo nº 194/2000
Parecer nº 2086/00 - 3P/MP.

EMENTA:

Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal. Concorrência nº 001/2000. Contratação de empresa especializada para realização de serviço de limpeza pública no Distrito Federal. Parcelamento do objeto. Regra impositiva, que define parâmetros para o processo decisório fundados em técnica e economicidade, consideradas as peculiaridades do caso. Parecer divergente.

EGRÉGIO PLENÁRIO,

Versam os autos sobre a análise do Edital de Concorrência nº 001/2000 - Cel/SLU/DF, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para realização de serviço de limpeza pública no Distrito Federal.

Vieram os autos ao Ministério Público em acatamento à Decisão Plenária nº 6.563/2000, desse Tribunal, com o objetivo de obter novo pronunciamento “*especificamente quanto à questão da unicidade da licitação em exame*”.

Justifica-se a restrição do objeto da manifestação deste órgão requerida pelo Tribunal, quando se tem em conta a necessidade de imprimir celeridade ao processo decisório uma vez que a licitação está em fase de homologação.

Não pretende, porém, este órgão do Ministério Público, deixar de enviar esforços na busca de interferir no juízo do Tribunal para buscar melhor sistema de limpeza pública urbana, como a concessão do serviço público.

É o relatório.

II – Fundamentação

Destaco para análise dois relevantes fatores, desdobrados do tema em foco:

- a) necessidade de motivação do parcelamento;
- b) a regra do parcelamento no ordenamento jurídico e exame do caso concreto.

a) necessidade de motivação

A Lei de licitações e contratos não restringiu o poder discricionário, exercido sempre no âmbito da legalidade, mas inverteu um atributo do ato administrativo

pertinente à avaliação geral das condutas dos agentes públicos. Assim, enquanto os atos administrativos em geral nascem com a presunção de legitimidade, os atos pertinentes à Lei nº 8.666/93 exigem que o administrador motive sua conduta apontando o amparo legal e, além disso, declinando nos autos do processo a regularidade de sua pretensão.

É uma regra expressa da própria Lei nº 8.666/93, inserida no art. 113, e reafirmada em diversos momentos, com expressões como *justificativa*, *motivação*, *processo formal*, etc.

A força dessa necessidade de impor transparência dos atos dos administradores públicos é especialmente exigida nos casos em que a conduta afronta o princípio da isonomia. Conquanto seja verdade que não há princípio isolado em ciência alguma, devendo ser todos coordenados e harmonizados, é imperioso reconhecer que a regra do parcelamento do objeto dirige-se para efetivar o princípio da isonomia. Portanto, não parcelar – manter objeto único – exige justificativa, enquanto, ao contrário, quando parcela-se dispensa-se a justificativa, pois os vetores resultantes do parcelamento e da isonomia são por regra coincidentes: ampliam a competição, reduzem custos, inibem a subcontratação do objeto.

Verifica-se, portanto, com simples exame dos autos, que a justificativa do parcelamento, objeto de mais de uma manifestação vem sendo construída a partir das diligências do Tribunal, ou pelo menos consolidada pelas sistemáticas cobranças, quando já deveria constar dos autos – e muito bem fundamentada – desde o início do processo. Cabe obter temperar, a propósito, que os atuais dirigentes do órgão jurisdicionados estão envolvidos em processos neste Tribunal, inclusive sobre prática de atos vinculados em errônea interpretação da própria Lei nº 8.666/93, há vários anos, fato que torna incompreensível que ainda não tenham dispensado ao tema o cuidado que é devido.

O ônus da inadequada compreensão da Lei acaba sendo dividido pelo Controle, pelo Executivo e Judiciário e, em última instância, pela própria sociedade, fato que poderia ter sido desde logo evitado por uma consistente e comprovada inviabilidade técnica e econômica da unicidade – ou não parcelamento – do objeto.

O registro fica para que a Corte oportunize a sua efetividade.

b) a regra do parcelamento no ordenamento jurídico

A Lei nº 8.666/93, mantendo a coerência com seus princípios fundamentais, – entre eles o da isonomia – estabeleceu a regra do parcelamento, no art. 23, com o seguinte teor:

"Art. 23 As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

... omissis ...

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

Destacam-se para exame os núcleos do comando legal:

b.1. “As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas...”

A divisão do objeto é, portanto, a regra. Regra impositiva, preordenada à definição do objeto. Reforça o dever de que não sendo acatada deve a decisão ser motivada, como dito precedentemente. Enquanto o administrador dá fiel cumprimento às regras, basta-lhe indicar o fundamento legal; quando aplica a exceção deverá fundamentar as circunstâncias que justificam a conduta. Sob este aspecto, verifica-se o desatendimento da norma.

Reconheça-se, porém, que o comando que impõe a justificativa é genérico e que parece possível considerar regular o ato quando a justificativa, que deveria preceder o ato, ocorre concomitante ou posteriormente à prática do mesmo. É pois a efetivação do abrandamento do rigor formal, inerente ao processo administrativo e tantas vezes homenageado pela Corte, quando no desenvolvimento de suas nobres funções irradia sobre o rigor legal as luzes dos princípios da economicidade e razoabilidade. Demais disso, releva notar que quando o órgão foi cobrado produziu uma consistente argumentação. Por esse motivo, sem olvidar o dever de orientar o jurisdicionado a respeito coibindo a repetição de ausência de justificativa nos autos, entende este órgão do Ministério Público possa ser acolhida a posterior manifestação.

b.2. serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem tecnicamente viáveis

A regra do parcelamento não é absoluta ou isolada de outras do mesmo diploma.

Sempre valiosa a lição de Carlos Maximiliano no seguinte sentido: ***“não se encontra um princípio isolado em ciência alguma; acha-se cada um em conexão íntima com outros. O Direito objetivo não é um conglomerado caótico de preceitos; constitui vasta unidade, organismo regular, sistema, conjunto harmônico de normas coordenadas, em interdependência metódica, embora fixada cada uma no seu lugar próprio. De princípios jurídicos mais ou menos gerais deduzem corolários; uns e outros se condicionam e restringem reciprocamente, embora se desenvolvam de modo que constituem elementos autônomos operando em campos diversos.”*** E, acrescenta lapidarmente: ***“cada preceito, portanto, é membro de um grande todo; por isso do exame em conjunto resulta bastante luz para o caso em apreço”***¹

¹ Hermenêutica e aplicação do direito, ed. forense, Rio de Janeiro, 10a. ed. p. 128.

Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma.

Não é pois a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico.

Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido.

Esclarecido o comando legal, neste ponto em particular, é o caso de volver-se aos fatos em exame. A propósito advertia J. J. Gomes Canotilho que: “*Uma norma jurídica adquire verdadeira normatividade quando com a <medida de ordenação> nela contida se decide um caso jurídico, ou seja, quando o processo de concretização se completa através da sua aplicação ao caso jurídico a decidir mediante: (1) a criação de uma disciplina regulamentadora (concretização legislativa, regulamentar); (2) através de uma sentença ou decisão judicial (concretização judicial); (3) através da prática de actos individuais pelas autoridades (concretização administrativa). Em qualquer dos casos, uma norma jurídica que era potencialmente normativa ganha **normatividade actual e imediata** através da sua <passagem> a **norma de decisão** que regula concreta e vinculativamente o caso carecido de solução normativa*” (grifos do original)²

Buscando atribuir os contornos da norma de decisão, verifica-se pelo exame dos autos fundamentos de ordem técnica para a unicidade ou não parcelamento do objeto.

Primeiro, que a limpeza no caso consiste em único processo. Todas as etapas estão interligadas e associadas, definíveis por etapa.

² fonte: Canotilho, J.J. Gomes: *Direito Constitucional*, 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993, p. 223.

Considerando essas etapas distintas tem-se a coleta de lixo urbano, coleta de resíduos de unidades de tratamento de saúde, transferência e transporte, usinas de incineração, usinas de compostagem e reciclagem, aterros sanitários, varrição dos logradouros públicos. O que à primeira vista são processos distintos revelam-se intimamente interligados: se considerado como um processo único, desde a varrição inicia-se a separação do destino final do lixo. Separado, esse serviço implica em transporte, o qual uma vez não realizado, implicará redução de custo para o contratado, mas desvantagem para a sociedade. O mesmo ocorre com o transporte e transferência, pois o acúmulo pode provocar ciclos no destino final, retendo-se grandes volumes para reduzir custos. Sobre a incineração, que hoje não é mais indicada para o tratamento geral do lixo, mas apenas resíduos infecto contagiosos, é de questionar-se como será remunerado o serviço quando tratado isoladamente? A regra seria por tonelada tratada? Não haveria então disputa entre os operadores de incineradores e do aterro sanitário?

Desse modo o que a primeira vista pode ser separado tem interligações precisas que resultam no processo de remuneração do prestador do serviço, onde o poder público ficará refém de uma ética do contratado e de uma fiscalização para a qual não está aparelhado. A realidade impõe a adoção de um sistema de trabalho mais consentâneo com padrões que possam efetivar o processo como um todo com remuneração única.

Aliás é preciso não fechar os olhos para a realidade presente vivenciada pela Capital da República. Hoje parte do sistema de coleta e de transporte está terceirizado desde o governo anterior, que implantou um sistema de convênios com carroceiros e associações de moradores, cuja operação foi completamente distorcida de um modelo inicial. A sociedade brasileira, que já começa a experimentar problemas de tráfego de veículos, convive com um sistema de coleta por carroceiros que agravam ainda mais os problemas de trânsito e coletam lixo com base em parâmetros tão retrógrados quanto a política de subemprego que a gerou. Além da questão qualitativa do trânsito, pode-se considerar a coleta eficiente? Obviamente, não. O lixo, mal coletado, é mal transportado, espalhando-se pela cidade. Parcelar o objeto pode inclusive implicar em permitir a participação das associações de carroceiros, pois também no plano teórico são capazes de executar o serviço.

Por outro lado, cabe verificar as implicações ambientais do aterro de depósito final de lixo, cuja contaminação do lençol freático já deve estar em curso acelerado e sobre o qual, após a ação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, não mais se tem cogitado. Um dos itens da licitação é justamente a imediata construção de um aterro sanitário dentro de padrões técnicos e ambientais corretos, indispensáveis a uma cidade cujos problemas de abastecimento de água são frequentes e iminentes.

Ademais, a separação das etapas aliada ao pagamento de tonelada tratada poderia justificar inclusive a disputa por lixo inadequado a esse tipo de tratamento, salvo se a mesma operadora do aterro sanitário operasse outras formas de tratamento final do lixo.

Talvez o interesse na manutenção desse modelo retrógrado e, sob o aspecto ambiental, irresponsável esteja subjacente à inusitada quantidade de ações judiciais sobre um mesmo processo.

Embora não seja absoluto o dever de parcelamento, conhecendo-se o tema com um pouco mais de profundidade parece perfeitamente admissível sustentar o não parcelamento. Aliás, o próprio Tribunal de Contas da União, cuja jurisprudência neste caso específico aplica-se ao Distrito Federal, por força da súmula nº 222, de sua jurisprudência, em várias oportunidades reconheceu válido o não parcelamento.

Algumas manifestações deste Ministério Público em pareceres anteriores revelavam, decerto, uma postura inflexível quanto à exigibilidade do parcelamento. Poder-se-ia, neste passo, imaginar que a posição ora externada estaria em contradição com posicionamentos já firmados, ou, na melhor das hipóteses, estaria havendo uma evolução no entendimento deste *Parquet*. Não é o que ocorre. Naqueles outros casos (Processos nº 2.808/98 e 2.960/97), houve discussão sobre o aspecto da divisibilidade geográfica do objeto, como ocorre com os serviços de vigilância e manutenção da rede elétrica. A premissa fundamental para uma melhor compreensão da matéria é de que o parcelamento deve ser considerado sempre em cada caso específico, ou seja, atendidas as diversidades e especificidades que diferenciam e especializam o objeto de cada licitação, e considerando as justificativas do órgão jurisdicionado. No caso da limpeza pública de que trata o Edital da Concorrência nº 001/2000, há, ao lado da divisibilidade geográfica, uma interdependência recíproca e complexa entre as diversas etapas da realização dessa modalidade de serviço público que devem subsistir de forma coordenada e entrelaçada, com o peculiar traço de que cada uma pode contribuir para aumentar ou diminuir a fase seguinte, se for insumo do processo, como visto no item b.2 acima.

Neste ponto, temos a obtemperar a preocupação crescente dos órgãos de controle ambiental e sanitário quanto ao manuseio dos resíduos sólidos, em especial os de origem hospitalar e outros de difícil e/ou inviável processamento. Nessa linha a Resolução nº 5, de 5 de agosto de 1993, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, que esmiuça cuidadosamente o procedimento a ser adotado para o tratamento desses resíduos, totalmente descumprida com o sistema em vigor e que será corrigido pelo atual governo.

Deste modo, a especialidade do caso revela diferenças em relação a outros processos que recomendam uma postura cuidadosa na definição dos critérios de parcelamento e que neste caso, em face de suas peculiaridades, deve ser afastado.

Em coerência com este entendimento este Ministério Público afastou a necessidade de se parcelar o objeto da Concorrência nº 002/97, da CAESB, que cuidava da manutenção de sistemas de esgotamento sanitário, em vista da razoabilidade das justificativas apresentadas pelo órgão. É necessário, apenas, adotar o devido rigor para que as justificativas genéricas, fundadas na alegação de economia de escala, e sem uma circunstanciada explação técnica, possam reduzir o escopo do art. 23, I, § 1º, da Lei de Licitações, a uma simples nulidade normativa.

Essas questões trazem ao lume, no caso dos autos, a exigência de planejamento unitário e centralizado da prestação do serviço, de molde a evitar que o descontrole de uma parte se reflita nas demais, comprometendo o aspecto geral da eficiência da prestação do serviço público. De observar-se, de passagem, que a eficiência é agora princípio constitucional da Administração Pública, e o Tribunal de Contas é, sem dúvida, foro privilegiado e competente para a sua aferição técnica.

b.3. serão dividas em tantas parcelas quantas se comprovarem economicamente viáveis

No desenvolvimento do processo decisório imposto pelo art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, se viável tecnicamente o parcelamento, o que de agora em diante se admite apenas por amor ao debate e prazer no exercício da dialética, o passo seguinte é avaliar sob o aspecto econômico se é viável o parcelamento.

Neste particular aspecto, lamento profundamente que o Ministério Público tenha dispensado ao tema tão pouca relevância nos últimos anos. A estrutura atual, parcelada, – melhor seria o termo esfacelada, para revelar o caos que lhe é inerente – alcançou cifras verdadeiramente absurdas.

Na representação nº 03/2000 - 3P/MP este órgão alertou o Tribunal para a gravidade do fato, tendo sido frustrada sua expectativa de reversão do quadro.

O modelo atual tem apresentado déficit com financiamento expressivo do erário, conforme quadro abaixo.

Ano	Lei Orçamentária SLU - (R\$)	Arrecadação TLP (R\$)	Déficit
1997	71.004.586,00	29.141.653,61	58,96%
1998	80.698.071,00	34.360.170,33	57,42%
1999	90.268.117,00	59.681.487,10	33,88%
2000	110.064.454,00	65.909.938,47	40,12%

Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal - Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal/SEF

Também é o modelo atual responsável pelo pagamento de vultosas cifras a modelos de convênios que visam exclusivamente estruturar um sistema em que se favorece subempregos completamente dissociados dos princípios da impessoalidade e da licitação. É interessante notar que enquanto se debatem cláusulas de um edital no âmbito da Corte e da Justiça, sob o argumento de que as regras poderiam restringir a participação, há um enorme vácuo entre o que hoje se faz e se almeja para o futuro. No edital teme-se uma possível restrição injustificada; no modelo atual sequer licitação existe. Notável contra-senso.

Veja a propósito o seguinte quadro:

ASSOCIAÇÃO/SINDICATO	1996	1997	1998	1999
SIND TRAB CONDUT VEICULOS DE TRAÇÃO ANIMAL	1.258.767,00	3.737.992,00	7.516.615,00	12.993.408,00

ASSOCIAÇÃO DOS CARROCEIROS DE BRAZLÂNDIA	226.467,00	1.855.549,00	2.013.680,00	1.361.911,00
ASSOC. DOS C E TRAB. A DO RECANTO DAS EMAS	86.427,00	584.499,00	887.174,00	686.314,00
ASSOCIAÇÃO DOS CARROCEIROS DE PLANALTINA	96.562,00	248.593,00	631.576,00	1.804.897,00
ASCARP	102.922,00	1.143.655,00	2.033.261,00	1.302.913,00
ASSOCIAÇÃO DOS CARROCEIROS DO RIACHO FUNDO	56.863,00	90.445,00	158.053,00	3.416.147,00
ASSOCIAÇÃO DOS CARROC. DE SÃO SEBASTIÃO	816.751,00	1.898.036,00	1.607.980,00	463.083,00
ASSOC. BRASIL. DE TRANSP. AUT ESP	883.000,00	60.533,00	73.750,00	60.439,00
ASSOC. DOS CARROCEIROS SOBRADINHENSES	88.548,00	438.731,00	1.355.268,00	1.157.917,00
ASSOC. DOS CARROC. DA GRANJA DO TORTO	21.236,00	39.227,00	40.296,00	3.696.193,00
ASSOC. DOS MORADORES DO VARJÃO	9.500,00	27.903,00	26.498,00	14.578,00
ASSOC. UNIÃO E LUTA DOS MORADORES S. T.	33.732,00	107.895,00	158.517,00	85.763,00
ASSOC. COMUM. DA NOVA GUARIROBA	16.190,00	30.895,00	45.173,00	54.716,00
ASSOC. DOS MORAD. EM DEFESA QUAL. DE VIDA	4.400,00	50.842,00	80.063,00	84.256,00
TOTAL	3.703.361,00	10.316.792,00	16.629.902,00	27.184.534,00

Fonte: SIAFEM 1996/1997/1998/1999

No modelo atual foi efetivada a regra do parcelamento, dispensando-se maior esforço de raciocínio tentar estabelecer um parâmetro de comparação de cifras.

O Tribunal não deve, no humilde entendimento do Ministério Público contentar-se em implantar o novo modelo, mas deve constituir autos apartados para verificar se após a implantação do modelo decorrente da licitação não será mantido essa esdrúxula sistemática, que vigora há mais de sete anos, pois há sempre a tendência em resistir-se à correção de rumos e perpetuar-se o erro.

Reclama o Ministério Público uma atitude firme do Tribunal, inclusive ordenando um auditoria operacional para avaliar o sistema atual e o futuro, buscando validar possibilidade de aprimoramento do sistema.

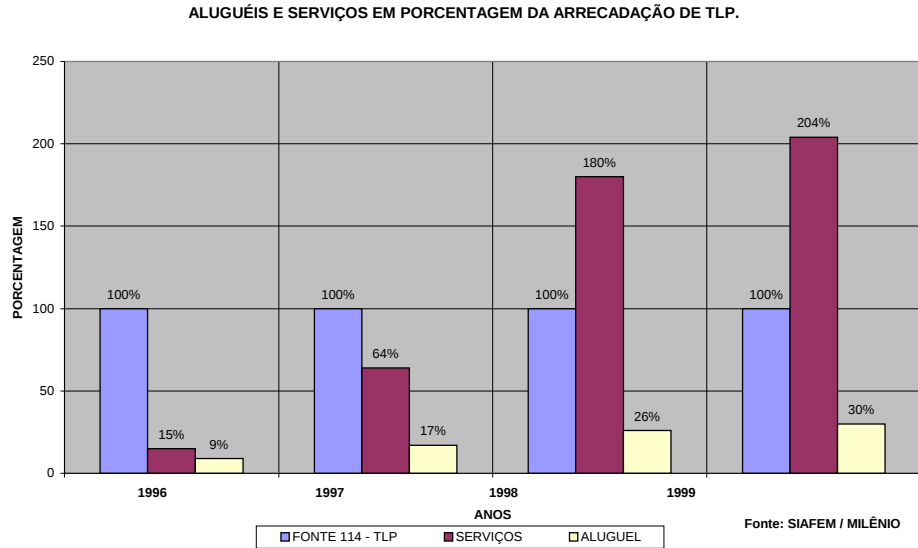
b.4. "a viabilidade econômica deve ser buscada com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala."

Quando definiu o parâmetro econômico para o processo decisório teve o legislador a cautela de indicar os principais vetores:

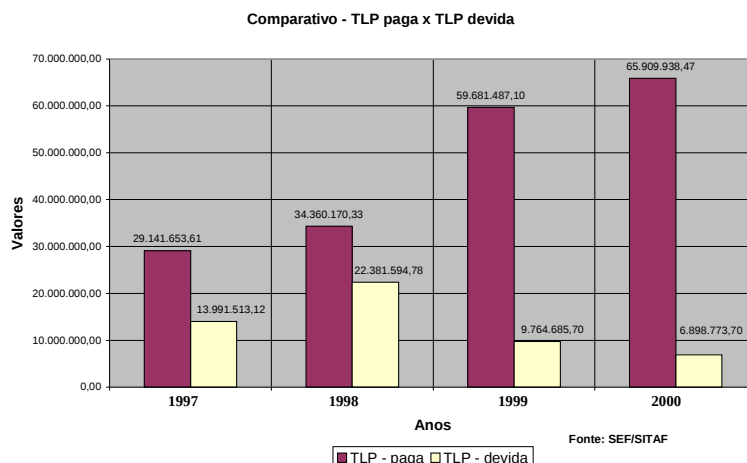
- maximização do aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, tendo em conta ser dever do poder público alavancar processos de desenvolvimento onde a licitação é um dos instrumentos;
- ampliação da competitividade, pois em regra reduz o valor do serviço;
- não perder as vantagens da economia de escala.

Basta o último parâmetro para deixar claro que havendo por qualquer modo perda da economia de escala desde logo fica afastada a regra do parcelamento.

No presente caso, o custo atual do serviço tem apresentado o seguinte comportamento:



Embora também neste ponto o Governo do Distrito Federal venha progressivamente aumentando a arrecadação, como se observa neste quadro, o déficit é também crescente.



Logo, o modelo atual, cuja tendência é de progressão geométrica de crescimento de custos, – mesmo com moeda estável, manutenção de salários de servidores “congelados” – não pode ser comparado a um sistema que propõe mudar essa realidade com valores predefinidos por 60 meses e desde já inferiores aos atuais custos.

Por sua própria iniciativa este órgão, com a colaboração dos demais Tribunais de Contas do Brasil, levantou os dados de custo per capita da limpeza pública urbana – ofícios respostas arquivados neste órgão – e constatou que o Distrito Federal paga a taxa mais elevada do País, conforme quadro abaixo.

Localidade	Gastos 98	Gastos 99	Variação	População	Custo Per capita -1999 (R\$)
Belém	25.054.965,33	28.766.389,47	14,81%	1.186.926	24,24
Cuiabá	12.424.568,69	11.766.952,12	-5,29%	453.813	25,93
Distrito Federal	90.268.117,00	110.064.454,00	21,93%	1.969.868	55,87
Goiânia	39.027.406,28	32.930.347,58	-15,62%	1.056.330	31,17
João Pessoa	18.981.054,99	22.448.143,80	18,27%	584.029	38,44
Macapá	3.095.343,00	4.181.267,05	35,08%	256.033	16,33
Porto Alegre	60.687.563,34	64.205.609,47	5,80%	1.314.032	48,86
Porto Velho	5.676.444,65	6.536.621,92	15,15%	309.750	21,10
Recife	49.922.928,55	45.342.226,79	-9,18%	1.378.087	32,90
Rio Branco	6.808.102,89	6.474.323,99	-4,90%	259.537	24,95
Rio de Janeiro	269.106.332,85	294.531.457,77	9,45%	5.598.953	52,60

III – conclusão

As considerações expendidas autorizam este órgão do Ministério Público à seguinte síntese:

- a) a regra nas licitações deve ser o parcelamento do objeto;
- b) quando se trata de objetos diviseis, os fatores técnicos e econômicos devem ser parâmetros para decidir entre parcelar e não-parcelar;
- c) decidindo pelo não parcelamento, restringindo a competição, deve a autoridade administrativa explicitar no processo a respectiva motivação segundo dados, informações e argumentos que guiaram a decisão, sob pena de irregularidade do ato;
- d) no presente caso, – coleta, transporte e tratamento do lixo, e demais itens do edital – verifica-se que o processo produtivo e é intimamente interligado oferecendo fatores decisivos na remuneração pelo poder público e na qualidade do serviço para a sociedade, revelando-se sob o aspecto técnico inviável o parcelamento;
- e) sob o aspecto econômico, o sistema atual é desastroso e nocivo ao contribuinte do distrito federal e o decorrente da licitação em princípio, substancialmente mais vantajoso, e sob o aspecto da legislação ambiental correto.
- f) os argumentos em favor do parcelamento – cuja efetividade no presente caso não convencem – foram enfrentados pelo poder judiciário, ainda que com outras linhas de argumentação da adotada no processo e não mais subsistem como impeditivos do seguimento da licitação.

Nesse sentido, mantendo linha de coerência com suas manifestações anteriores, conclui o Ministério Público:

- a) deve ser levantado o sobrestamento do processo pois regular o não parcelamento do objeto;
- b) em consequência, seja determinado ao órgão jurisdicionado que leve a termo a licitação e firme o contrato decorrente;
- c) dada a natureza da matéria e o fato de que o Tribunal havia sobrestado o presente atribuir caráter urgente aos autos e à tramitação decorrente da decisão;
- d) oportunamente, seja determinada auditoria operacional com vistas a avaliar o sistema de limpeza pública no Distrito Federal.

É o parecer.

Brasília - DF, em 14 de setembro de 2000.

JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES
Procurador do Ministério Público junto ao TCDF